
Instituto Akatu
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto Akatu

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Akatu (o "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Akatu em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2015/ ITG 2002 (R1), que aprovou a interpretação Técnica - ITG 2002 (R1) "Entidades sem finalidades de lucros".

Base para opinião com ressalva

Limitação na extensão dos nossos trabalhos

Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, o Instituto não tem fins lucrativos e obtém parte substancial de suas receitas de doações de terceiros, que somente podem ser identificadas quando registradas contabilmente. Portanto, a verificação dessas receitas estão restritas aos montantes registrados na contabilidade do Instituto. Conseqüentemente, não foi praticável determinar a necessidade de efetuar eventuais ajustes à receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (e de 2018, apresentada para fins comparativos), para que esteja adequadamente apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2015/ ITG 2002 (R1).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e de

Instituto Akatu

acordo com as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2015/ITG 2002 (R1), que aprovou a interpretação Técnica - ITG 2002 (R1) "Entidades sem finalidades de lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

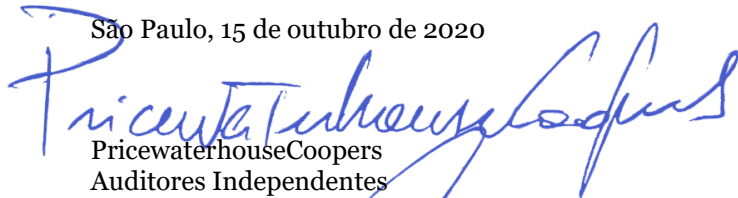
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

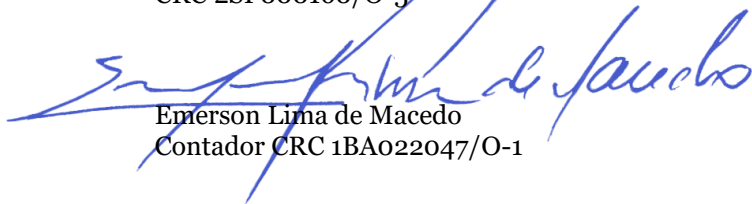


Instituto Akatu

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de outubro de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

Instituto Akatu
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.981.362	969.729	Fornecedores		12.570	32.631
Contas a receber	5	591.524	379.968	Obrigações trabalhistas	8	49.339	33.874
Outros créditos	6	8.163	7.253	Obrigações tributárias		1.979	7.234
Impostos a recuperar		1.226	1.073	Receitas a apropriar	9	956.104	467.061
Total do ativo circulante		2.582.275	1.358.023	Total do passivo circulante		1.019.992	540.800
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	7	135.424	161.007	Contingências previdenciárias	10	945.270	766.177
Intangível	7	1.926	1.926	Total do passivo não circulante		945.270	766.177
Total do ativo não circulante		137.350	162.933	Total do passivo		1.965.262	1.306.977
Total do ativo		2.719.625	1.520.956	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	12	754.363	213.979
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.719.625	1.520.956

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto Akatu
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	Notas	2019	2018
Com restrição			
Filiações	14	961.633	1.425.066
Gratuidades	13	934.971	1.627.960
		1.896.604	3.053.026
Sem restrição			
Doações livres	15	766.539	813.450
Patrocínios	16	859.586	306.667
Prestação de serviços	17	160.797	508.102
Rendimentos financeiros		70.947	35.932
Outras receitas		27.615	74.288
Reversão da cofins		15.132	24.870
Reversão de contingências		-	186.230
		1.900.616	1.949.539
Total das receitas operacionais		3.797.220	5.002.565
Custos e despesas operacionais			
Salários, encargos e benefícios	18	(475.191)	(409.950)
Provisão para contingências previdenciárias	10	(179.093)	-
Serviços de terceiros	19	(2.167.529)	(2.672.746)
Despesas gerais e administrativas	20	(346.729)	(573.595)
Despesas tributárias	21	(25.420)	(69.351)
Depreciação	7	(31.873)	(33.149)
Despesas financeiras		(25.105)	(15.356)
Outras despesas operacionais		(5.896)	(2.972)
Total de despesas operacionais		(3.256.836)	(3.777.119)
Superávit do exercício		540.384	1.225.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto Akatu

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	174.340	(1.185.807)	(1.011.467)
Superávit do exercício		1.225.446	1.225.446
Saldos em 31 de dezembro de 2018	174.340	39.639	213.979
Superávit do exercício		540.384	540.384
Saldos em 31 de dezembro de 2019	174.340	580.023	754.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto Akatu

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	540.384	1.225.446
Depreciação	31.873	33.149
Provisão (reversão) contingência previdenciária	179.093	(186.230)
Provisão para devedores duvidosos	17.414	-
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	(228.970)	(346.498)
Outros créditos	(910)	(4.334)
Impostos a recuperar	(153)	283
Fornecedores	(20.061)	(28.272)
Obrigações trabalhistas	15.465	957
Obrigações tributárias	(5.255)	5.351
Receitas a apropriar	489.043	(386.143)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.017.923	313.709
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(6.290)	(1.716)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(6.290)	(1.716)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.011.633	311.993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	969.729	657.736
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.981.362	969.729

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019**

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Instituto Akatu ("Instituto") é uma associação civil fundada em 2000, sem fins econômicos ou lucrativos, que tem como finalidade buscar a ampliação da consciência dos cidadãos no sentido de considerarem em seus atos de consumo os impactos sobre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

O Instituto é uma entidade qualificada como Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP pelo Ministério da Justiça, conforme o Processo nº 08.026.000.254/2003-01, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2003, por enquadrar-se nos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99. Seu certificado de OSCIP foi atualizado em setembro de 2016.

O Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES) foi revogado pela Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, e com isso o relatório de atividades anual e a certidão de regularidade deixaram de existir. Dessa forma, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) não estão sujeitas à renovação da qualificação, entretanto, devem manter atualizados seus dados perante o Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), relativamente ao seu endereço de sede, razão social, bem como alterações estatutárias que impliquem em mudança do seu regime de funcionamento, sob pena de cancelamento de sua qualificação.

A administração acredita que os fatores mencionados a seguir são os pilares para sustentação das suas atividades. Para isso a administração elaborou um plano de ação que apresenta estrutura definida sobre a importância de estabelecer metas de longo prazo, como: (a) diminuição de custos administrativos; (b) criação de novos projetos; (c) diversificação de receitas com identificação de novos patrocinadores; e (d) mudança na estrutura de custos dos projetos.

- (a) O Instituto está renegociando e/ou rompendo os contratos de fornecedores e prestadores de serviços, diminuindo custos com equipe, além de contratação de equipe por projeto (pessoas jurídicas contratadas por prazo determinado) e redução no quadro de funcionários;
- (b) O Instituto desenvolveu um portfólio novo de projetos mais congruente com as demandas das empresas patrocinadoras, visando aumentar a captação de prestações de serviço e apoio institucionais;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) O Instituto também está buscando recursos em editais, leis de incentivo e chamadas públicas, visando diminuir sua dependência de um tipo específico de receita.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 15 de outubro de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base para elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) e as disposições contidas na ITG 2002(R1) - "Entidades sem finalidades de lucros", aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG 2002(R1) de 02 de setembro de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra a demonstração do resultado do exercício, e evidenciar todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1), requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Provisões em geral.

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

2.4 Gestão de capital

O Instituto busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, com base nas doações e contribuições recebidas, objetivando uma estrutura de capital que levem em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, prazos dos aportes e orçamento anual.

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece ativos financeiros avaliados ao custo inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente da data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, conta corrente e aplicações financeiras. O Instituto mantinha saldo de investimentos e aplicações financeiras nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras que podem ser resgatados a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sem restrições de uso.

3.3. Contas a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, diminuído da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

3.4. Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens. As depreciações dos bens do imobilizado são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens e depreciação de benfeitorias em bens de terceiros, cuja depreciação pode ser determinada de acordo com o prazo de locação do imóvel, conforme Nota 7.

3.6. Fornecedores

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

3.8. Apuração do superávit ou déficit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 2105/ITG 2002 (R1), que aprovou a ITG 2002.

As receitas do Instituto são provenientes de contribuições, subvenções e doações, recebidas em caixa ou em ativos, de órgãos públicos federais e municipais, de parceiros mantenedores, organizações madrinhas e terceiros, desde que utilizado de acordo com a sua atividade-fim. As doações são registradas como receita somente quando aplicadas aos projetos. As receitas são com gratuidade e não sofrem nenhum tipo de tributação.

As receitas com prestação de serviços, sem gratuidade, referem-se principalmente as produções audiovisuais que são tributadas de acordo com a legislação tributária vigente.

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2015 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valorizou os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício (nota 13).

Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto não registrou receitas que não estivessem dentro do seu objeto social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	313	120
Conta corrente bancária	208.566	337.412
Aplicações financeiras- CDBs	1.772.483	632.197
Total do caixa e equivalente de caixa sem restrição	1.981.362	969.729

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

Parte substancial desses recursos está vinculada a projetos em consonância com as receitas a apropriar.

As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado, e as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), sem desconto significativo no resgate antecipado e com liquidez imediata.

5. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Escolas Sustentáveis	278.497	
Química Amparo	125.000	125.000
O Boticario	59.901	
Unilever	53.914	-
IGES	40.877	
Danone	29.420	
Basf	20.001	-
RL Sistemas de higiene	1.328	1.307
Brasken	-	250.000
Porto Seguro	-	3.661
*(-) Provisão de Devedores Duvidosos	(17.414)	-
	591.524	379.968

*A provisão foi efetuada referente há duas notas da Unilever que estão em processo de cancelamento, o PDD foi constituído porque as notas ainda constam na base de dados da prefeitura e receita federal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamento férias	7.027	6.830
Premios de seguro a apropriar	-	343
Adiantamento de fornecedor	1.136	80
	<u>8.163</u>	<u>7.253</u>

7. Imobilizado e intangível

Descrição	Taxa anual (%)	<u>2018</u>		<u>2019</u>	
		Liquido	Custo	Depreciação Acumulada	Liquido
IMOBILIZADO					
Maquinas e equipamentos	10	53.250	124.367	(76.985)	47.382
Equipamentos de informática	20	3.184	320.641	(319.297)	1.344
Moveis e utensilios	10	31.490	104.768	(77.712)	27.056
Instalações	10	73.083	160.031	(100.389)	59.642
		<u>161.007</u>	<u>709.807</u>	<u>(574.383)</u>	<u>135.424</u>
INTANGÍVEL					
Marcas e Patentes		<u>1.926</u>	<u>1.926</u>	<u>-</u>	<u>1.926</u>

O ativo imobilizado e o intangível do Instituto estão integralmente localizados no Brasil e são empregados, exclusivamente, nas operações relacionadas a ele.

A movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 está representada abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018		2019		
	Saldo em	Aquisição	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em
Máquinas e equipamentos	53.250	4.760	-	(10.629)	47.381
Equipamentos de informática	3.184	1.716	(1.716)	(1.839)	1.345
Móveis e utensílios	31.492	1.530	-	(5.964)	27.058
Instalações	73.081	-	-	(13.441)	59.640
	161.007	8.006	(1.716)	(31.873)	135.424

8. Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Provisão de férias	36.010	21.345
INSS a recolher	5.962	6.118
IRRF s/ folpag a recolher	5.151	4.378
FGTS a recolher	1.970	1.807
PIS s/ folpag a recolher	246	226
	49.339	33.874

9. Receitas a apropriar

	2019	2018
Saldo para aplicação exercício seguinte	467.061	853.204
Recursos recebidos para aplicação em projetos	2.977.628	2.128.740
(-) Recursos aplicados		
Filiações	(961.633)	(1.425.066)
Doações / Patrocínios	(1.526.952)	(1.089.817)
	956.104	467.061

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Instituto arrecadou um total de R\$ 2.977.628 (R\$ 2.128.740 em 2018). As doações e patrocínios são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, sócios titulares, campanhas e eventos destinados ao cumprimento do objeto social do Instituto. O montante reconhecido do resultado do exercício é de R\$2.488.586(R\$ 2.514.883 em 2018). O saldo remanescente, no montante R\$ 956.104, será aplicado em programas no exercício de 2020 e se refere ao saldo das doações e patrocínios de empresas conforme abaixo:

	2019	2018
Escolas sustentáveis	317.667	-
Unilever Brasil Ltda	232.000	
Quimica Amparo	114.583	114.583
Boticario	54.910	54.910
Iges	54.503	-
KPMG Auditores	53.333	53.333
Dow Brasil	27.500	27.500
Tim	25.333	25.333
Banco santander	25.000	-
Itau unibanco s/a	24.962	37.333
Basf	13.333	20.000
Faber castel	11.667	11.667
RI sistemas	1.313	1.307
Sitawy	-	72.250
Recofarma	-	21.667
Syngenta	-	17.500
Walmart	-	4.667
Cyrela	-	3.333
Porto seguro	-	1.678
	956.104	467.061

10. Contingências previdenciárias

A administração constitui provisão, quando aplicável, para os casos em que as contingências tenham risco provável de desfecho desfavorável ao Instituto.

As provisões para as perdas decorrentes dessas contingências, principalmente relacionadas a contribuições previdenciárias, são estimadas e atualizadas pela administração do instituto, com base na opinião dos seus assessores legais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contingência previdenciária	945.270	766.177
	<u>945.270</u>	<u>766.177</u>

A movimentação das provisões para contingência em 2019 é representada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 1 de janeiro	766.177	952.407
Adições	179.093	
Reversões		(186.230)
Saldo em 31 de dezembro	<u>945.270</u>	<u>766.177</u>

O Instituto tem contingentes passivos relacionados a questões previdenciárias decorrentes do curso normal dos negócios totalizando R\$ 945.270 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 766.177). Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. A reversão de provisão no montante de R\$ 186.230 no exercício de 2018 refere-se principalmente à reversão de IRRF de 2017 em função do encerramento de alguns contratos com pessoas jurídicas, segundo opinião dos assessores jurídicos.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração.

12. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela doação inicial, por bens e valores que a ele venham a ser adicionados por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ouvindo-se o Ministério Público nos casos de doações com encargos, subvenções que eventualmente lhe sejam destinadas pelo Poder Público, bens que a qualquer título que vier a adquirir, rendas originárias de seus bens e dos superávits (déficits) acumulados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Gratuitades

As gratuidades referem-se a diversos serviços prestados por empresas parceiras com a contrapartida da visibilidade, via inserção de logomarca, na categoria Apoiadora Institucionais no site do Instituto.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Agência de publicidade - WT	366.621	-
Assessoria de imprensa	180.000	276.000
Auditoria demonstrações financeiras - PWC	95.000	90.000
Voluntariado (*)	219.161	1.226.547
Apoio jurídico - Demarest	37.705	32.605
Apoio jurídico - Tozzini	36.484	-
	<u>934.971</u>	<u>1.627.960</u>

(*) Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício na rubrica Serviços de terceiros e encargos. Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade registrou o montante de R\$ 219.161 (Em 2018 - R\$ 1.226.547) referente a trabalhos voluntários. A variação ocorreu pelo fato de que em 2018 o diretor presidente do instituto era voluntário, em 2019 passou a ser remunerado, reduzindo assim o valor em gratuidades.

14. Receitas de filiações

As receitas com filiações são compostas por contribuições mensais e anuais recebidas de colaboradores, previamente acordadas entre as partes quanto aos valores que os colaboradores dispõem a contribuir:

Instituto Akatu

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Unilever Brasil ltda	260.115	238.832
Recofarma	130.514	21.663
Quimica Amparo	125.000	125.000
Sitawai	72.250	216.750
Boticario	59.901	4.992
Banco Santander	50.000	137.958
Basf	46.667	20.000
Tim	38.000	39.667
Itau unibanco s/a	37.333	224.000
Dow Brasil	27.500	49.158
KPMG Auditores	26.667	
Banco Triangulo	25.000	
Porto Seguro	23.607	18.457
Syngenta	17.500	17.500
A.W Faber Castell	11.667	40.833
RI Sistemas	5.245	5.169
Walmarte	4.667	51.333
CBD - Cia bras de distribuição	-	90.000
Calamo	-	45.000
Arcos dourados	-	35.000
Cargill	-	25.000
Cyrela	-	7.618
Votorantim participações	-	7.500
Johnson & Johnson	-	3.636
	<u>961.633</u>	<u>1.425.066</u>

Instituto Akatu

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas de doações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Braskem S.A	512.754	470.000
Cycles	97.073	-
Klabin S.A	75.000	30.000
Recofarna Industria do Amazonas LTDA	21.667	108.334
Fabio Colletti Barbosa	20.000	-
Pedro Paulo Diniz	12.000	13.000
Maria Isabel Pentado Whately	12.000	6.000
Luiz Ernesto Gemignani	8.400	12.000
Outras	1.199	
Fernando Martins	900	-
Carlos Henrique	786	-
Paypal	647	-
Pag Seguro	480	-
Izabella Monica Teixeira	300	300
Onu	-	73.816
Unilever	-	40.000
Jose Menezes Berenguer	-	30.000
Cyrela	3.333	16.667
Grupo Jd	-	13.333
	<u>766.539</u>	<u>813.450</u>

Instituto Akatu

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrocínios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Escolas Sustentáveis	238.250	
Companhia Brasileira Distribuição	138.386	
Itau Unibanco S.A	124.812	-
Basf S.A	80.000	
KPMG	53.333	80.000
Faber castell S.A	51.753	-
Danone	29.420	
Natura Cosméticos S.A	29.297	-
Klabin S.A	28.084	-
Dow Brasil LTDA	27.500	-
Iges	27.251	
Unilever Brasil LTDA	16.500	-
Nestle Brasil LTDA	15.000	-
Brasken S.A	-	146.667
Recofarma LTDA	-	80.000
	<u><u>859.586</u></u>	<u><u>306.667</u></u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Prestação de serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Unilever	96.896	-
The Jeffrey group brasil ltda	25.000	
Dow	23.750	34.400
Porto seguro	11.215	10.297
Braskem	3.936	-
Mrv	-	172.572
Carrefour	-	152.898
Duponto do brasil	-	68.888
Ceras jhoson	-	28.732
Alcoa world	-	20.000
Loreal brasil	-	11.365
Brasilprev seguros e previdencia	-	5.300
Eletropaulo	-	3.650
	<u>160.797</u>	<u>508.102</u>

18. Salários, encargos e benefícios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salarios	(198.455)	(202.180)
Outras despesas com pessoal	(153.670)	(107.948)
Inss	(57.471)	(44.614)
Férias	(26.331)	(22.502)
Fgts	(19.130)	(12.998)
13º salario	(15.859)	(15.883)
Pis	(2.253)	(1.625)
Aviso previo e indenizacoes	(2.022)	(2.200)
	<u>(475.191)</u>	<u>(409.950)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Serviços de terceiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gratuidades	(934.970)	(1.627.960)
Outros serviços	(606.356)	(318.407)
Consultoria	(358.159)	(441.881)
Serviços administrativos	(228.305)	(247.628)
Contabilidade	(39.739)	(36.870)
	<u>(2.167.529)</u>	<u>(2.672.746)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras desp adm	(81.535)	(73.630)
Locação de espaço	(47.183)	(28.642)
Passagens	(43.938)	(45.863)
Material para manutenção	(41.791)	(175.192)
Condução	(37.490)	(17.355)
Produção de material	(24.100)	(48.303)
Condominio	(21.004)	(19.350)
Provisão de devedores duvidosos	(17.414)	-
Alimentação	(7.621)	(17.399)
Telefone	(7.528)	(22.629)
Material de escritório	(5.461)	(5.183)
Xerox e encardenação	(3.160)	(1.732)
Cartorio	(2.359)	(1.754)
Copa e cozinha	(2.142)	(8.266)
Locação de maqs e equipamentos	(2.002)	(51.016)
Brindes/Presentes/Cortesias	(1.548)	-
Correios e malotes	(453)	(801)
Cursos e treinamentos	-	(56.000)
Bens duráveis de pequeno valor	-	(480)
	<u>(346.729)</u>	<u>(573.595)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cofins	(15.132)	(40.113)
Iss	(8.040)	(25.405)
Iptu	(1.962)	(1.535)
Outros impostos	(286)	(2.298)
	<u>(25.420)</u>	<u>(69.351)</u>

Em maio de 2020 a entidade renovou o reconhecimento da isenção tributária ITCMD sobre as doações recebidas que ultrapassam o limite de isenção estabelecido na Lei 10.705 por meio da Secretaria da Fazenda, alterou a validade das declarações de isenções de um para três anos.

Benefício fiscal por entidades em fins lucrativos

O INSTITUTO É ISENTO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL), DE ACORDO COM O ARTIGO 15 DA LEI N° 9.532/97.

Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias do Instituto, destacam-se os seguintes:

(a) Programa de Integração Social (PIS): contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção sobre as receitas próprias de sua atividade social.

A Administração entende que é impraticável quantificar os tributos como se devidos fossem (renúncia fiscal), devido aos seguintes motivos: (i) há diferença entre o conceito de Lucro e Superávit, e que para o Instituto não é aplicável o conceito de Lucro. Por esse motivo, não existe base para o cálculo de Contribuição Social ou outros impostos sobre o Superávit; e (ii) o conceito de despesas dedutíveis não é aplicável ao Instituto.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019**

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A pandemia de Covid-19, ainda que tenham resultado em significativa insegurança quanto às receitas do ano de 2020, não levaram a nenhuma perda significativa. Ao contrário, ao menos até o momento, o Instituto vem sendo procurado por algumas empresas no sentido de atuar na orientação quanto às mudanças ocorridas no panorama de consumo e no comportamento do consumidor, abrindo novas oportunidades de relacionamento e potencialmente de futuros projetos. Nenhum projeto já contratado antes da pandemia ou que estava em negociação foi postergado ou adiado especificamente como consequência da insegurança econômica causada pela pandemia. Por outro lado, mantemos uma postura cautelosa em relação aos próximos meses e ao ano de 2021, tendo buscado acelerar a busca de novos projetos e novos relacionamentos. A política do Instituto tem sido de, por via das dúvidas, manter uma reserva livre de caixa que possa fazer frente às despesas mesmo que venham a ocorrer flutuações de receita.

* * *